Entrevista

Concedida a Fernando de Freitas Almeida e Irene Troccoli

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Pela igualdade nas isenções

A agricultura comercial tem feito profundos ajustamentos para sobreviver numa economia aberta e equilibrada. A experiência de Octavio Dyckerhoff, advogado e suinocultor fluminense, é um exemplo das dificuldades que o produtor tem encontrado fora da porteira da fazenda, sobretudo as decorrentes da desigualdade das políticas e da falta de integração ao longo da cadeia produtiva.

■ *Como está organizada a suinocultura da região? Existe uma cooperativa, os produtores atuam isoladamente, ou trabalham como um* pool?

— Atualmente os suinocultores do estado do Rio de Janeiro atuam de maneira totalmente independente e não há nem cooperativa de produtores nem um sistema de integração entre criador e frigorífico, como ocorre principalmente em Santa Catarina. Na região serrana de Nova Friburgo, no entanto, existe a UFS (União Fluminense de Suinocultores), que é um grupo de criadores, uns 25, que operam em conjunto, com escritório comercial na cidade, onde são centralizadas as compras dos insumos e as vendas dos suínos, e onde o associado tem toda infra-estrutura (telefone, fax, computador, secretária), que normalmente não tem na granja. Lá também se realizam seminários e palestras técnicas e é sob a coordenação da UFS, com apoio da Acsurj (Associação Representativa da Classe de Criadores de Suínos do Rio de Janeiro), que acontece a cada dois anos em Nova Friburgo o Seminário de Suinocultura Industrial, o único evento de porte sobre suinocultura no Rio de Janeiro. Nas outras regiões, não foram adiante os agrupamentos de produtores, cada qual cuidando individualmente do seu negócio. Recentemente, houve um movimento de alguns criadores para se organizarem em uma cooperativa de produtores, mas o assunto não teve o fôlego necessário e continua em hibernação.

■ *Houve alguma política agrícola regional, estadual ou municipal, que tenha incentivado a atividade?*

— Nossa atividade não tem recebido qualquer incentivo, seja de natureza estadual ou municipal, destinado a determinada região geográfica ou política. Nosso estado é tido como sem vocação para atividades rurais, o que resulta em total falta de interesse do poder público em praticar uma política específica para incentivar o desenvolvimento da atividade suinícola aqui. Temos tido um bom apoio do secretário estadual de Agricultura, Alberto Werneck de Figueiredo, que é um profundo conhecedor da atividade rural fluminense, mas isso é um esforço pessoal, individual e isolado.

■ *O mercado da região metropolitana do Rio de Janeiro é um dos maiores do país. Há nele alguma peculiaridade?*

— O Rio de Janeiro tem um consumo *per capita* em torno de 12kg por ano, superior, pois, aos 9,7 da média brasileira. À medida que vamos em direção ao Sul, o consumo sobe, chegando a 18kg em São Paulo e Rio Grande do Sul. Seguindo na direção Norte/Nordeste, o consumo vai se reduzindo, chegando a 3kg no Ceará. No Rio de Janeiro, nas regiões onde o poder aquisitivo é mais elevado (zona Sul, Barra, Tijuca), os consumidores preferem produtos industrializados, isto é, sob a forma de presuntos e embutidos, carnes cozidas e defumadas, diferentemente das regiões de menor poder aquisitivo onde o consumo é maior em carne verde (carne fresca).

■ *Como é o relacionamento dos suinocultores com as instituições financeiras?*

– Atualmente o crédito rural em operações de custeio pecuário está limitado a um teto máximo de R$ 40 mil, tanto em bancos oficiais como privados. É um valor pouco expressivo quando o objetivo é comprar e estocar milho e farelo de soja durante a safra (de março a agosto), para utilizá-los em rações balanceadas (representam 85% das misturas) na entressafra (de setembro a fevereiro). Há até bem pouco tempo o Banerj concedia financiamentos de custeio para um bom número de produtores, mas depois da privatização fechou a carteira de financiamentos rurais. Como os banqueiros particulares preferem atuar em áreas de maior demanda de crédito, eles não precisam manter uma estrutura própria em todos os estados onde o banco tem agências. Por isso há maior concentração de recursos nos estados onde a produção é maior e a quantidade de clientes propicia maior diversificação de risco.

■ *E com as indústrias?*

— As grandes indústrias processadoras de carne suína do Rio não têm nenhuma estrutura de abate no estado. Empresas como Sadia e Império, que têm matriz em outros estados, trazem as carcaças ou mesmo cortes próprios de carne suína do Sul e apenas fazem a transformação aqui (embutimento, cozimento, defumação etc.). Com isso, o suíno produzido no estado do Rio fica sem acesso a esse grande mercado, de maior valor

agregado, que é o mercado de carne industrializada.

■ *Os supermercados são abastecidos diretamente pelos produtores? A prática da compra centralizada, adotada pela maior parte dos supermercados desfavorece o produtor regional? Existe uma grande rede que descentraliza as compras pelas diversas unidades que possui?*

— A maior parte das grandes redes de supermercados não é abastecida diretamente pelos produtores daqui, já que atualmente são poucos e muito pequenos os frigoríficos que processam carne suína no estado. O abate e a distribuição dessas carnes exige escala e diversos frigoríficos de médio porte fecharam as portas. Os que sobreviveram trabalham com o comércio de menor porte, especialmente os açougues. A Sendas, que tem produção de suínos própria, terceiriza o abate em um frigorífico local. O grande mercado de suínos produzidos aqui no estado são as regiões de baixa renda, Baixada Fluminense, favelas, onde se consome preferencialmente carne fresca, não-industrializada.

■ *De que maneira o Plano Real afetou a atividade suinícola da região?*

— O Plano Real alertou os produtores para a necessidade de permanecerem sempre competitivos e de continuarem eternamente buscando novas técnicas, produtos alternativos, atrás da maior eficiência possível. Antes do Real, os produtores não tinham essa preocupação porque outros fatores tinham muito mais importância do que a produção. E os indexadores da economia eram tantos que ficava muito mais difícil acompanhar a evolução e o progresso da atividade.

■ *As grandes produções integradas da região Sul são capazes de abastecer todo o país. Como vocês conseguem competir com eles?*

— A maior parte da produção de suínos que vem do Sul, notadamente Santa Catarina, se destina à industrialização, já que é o processo em que se obtém maior valor agregado do produto. Além disso, o processo de integração ainda em vigor envolve pequenas propriedades e estruturas quase sempre familiares, o que atrapalha os empresários do Sul quando querem repassar as modernas tecnologias de produção a seus integrados. No estado do Rio, com a peste suína em 1978, houve uma redução significativa na criação de porcos soltos nas ruas. Surgiu então um número razoável de criadores/empresários que se estabeleceram com criações modernas, com projetos e instalações de Primeiro Mundo, dando início a uma produção muito mais eficiente em termos zootécnicos do que na maioria das grandes integrações.

■ *O estado do Rio de Janeiro sempre foi deficitário na produção de cereais. Consegue, no máximo, produzir pequena quantidade de arroz. Como vocês se abastecem de milho?*

— Durante a safra o milho é adquirido de corretores ou comerciantes nas zonas produtoras – Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso – e é fornecido CIF granjas. Na entressafra, produtores e comerciantes continuam a oferecer o produto, mas através dos leilões da Conab, que são realizados normalmente a partir de setembro, que é quando se formam os preços do mercado do milho.

No Rio temos apenas *13 mil matrizes, mas produzimos cerca de 17 mil toneladas de carcaça suína por ano. Com esse desempenho, obtivemos o melhor resultado zootécnico médio, por estado, no Brasil.*

■ *Existem compras de milho do próprio estado?*

— A produção local é quase que exclusivamente de subsistência, o produto não é ofertado ao mercado de rações, a não ser em quantidades inexpressivas.

■ *É possível desenvolver plantações estaduais de milho, para reduzir um pouco a dependência de fora?*

— Não só o plantio do milho mas a agricultura como um todo poderia ser ampliada no estado, já que a área disponível para plantio é muito superior à utilizada. Mas hoje, mesmo nos EUA, os grandes produtores de suínos e de frangos não estão localizados exclusivamente nas regiões onde se produz o grão. Mais importante do que diminuir a dependência do milho seria a *equalização* das alíquotas dos impostos interestaduais sobre os produtos que são importados pelo estado do Rio. Os ovos, por exemplo, são produzidos aqui com milho e soja trazidos dos estados produtores, tributados na operação interestadual. Já os que se produzem em São Paulo – com milho e soja isentos de ICMS, por decisão do estado – são exportados para o Rio, com isenção na operação interestadual, por força de acordo realizado no Confaz. E esse acordo não se consegue derrubar, porque precisa de 4/5 dos votos dos estados. Isso torna a produção fluminense de ovos praticamente inviável, por conta de uma concorrência absolutamente desleal. Nós, criadores do estado do Rio, temos que importar os insumos para a criação dos animais, mas estamos próximos do centro consumidor. O frete desses insumos é feito em carretas abertas, que costumam ter outras mercadorias para serem transportadas no retorno do veículo. Apenas para exemplo, um produtor de suínos de Goiás (estado exportador de milho) quando manda seus porcos para o Rio – se os animais estiverem vivos – manda em veículos com carroceria especial para transporte de longa distância, impossibilitando o frete de retorno. Se já estiverem abatidas, as carcaças viajam em carros frigoríficos, cujo quilômetro rodado é muito mais caro, e há probabilidade de os caminhões voltarem vazios.

■ *As raças criadas aqui são as mesmas da região Sul? Elas se adaptam ao nosso clima?*

— Os suínos mais utilizados nas granjas comerciais são híbridos a partir de cruzamentos das raças Large White, Landrace, Duroc, Pietran e Wessex. São animais cujas

avós são importadas de países como Inglaterra, Canadá e EUA, bem adaptados a climas temperados. No estado do Rio, vêm sendo criados na região serrana de Petrópolis e Nova Friburgo, onde o clima é mais adequado, e também em outras regiões não tão propícias, mas com resultados surpreendentes.

■ *O que é diferente no processo criatório?*

— Não há diferenças significativas. São sistemas intensivos, com rotação das instalações no sistema tudo dentro-tudo fora, com animais de reprodução (matrizes e cachaços) representando aproximadamente 10% do plantel total, objetivando-se a venda de animais adultos com 85/95kg, com idade ao redor de 140/150 dias, na proporção de 20 a 24 por fêmea/ano, resultando na produção final de 1,7/2,3t por fêmea/ano. Nesses limites de resultado máximo e mínimo, estão situados praticamente todos os produtores de criações intensivas, do Oiapoque ao Chuí. O que os produtores daqui têm conseguido é permanecer à frente, com resultados mais próximos desses limites superiores, que são dados iguais aos do Primeiro Mundo.

■ *Onde se faz o abate?*

— O grande consumidor do suíno produzido no estado do Rio é a população de baixa renda, que encontra a carne fresca nas feiras livres e em carros com balcão (tipo Kombi), ou ainda em pequenos mercados. Uma parte desses animais ainda é abatida de maneira totalmente informal onde são vendidos, nas casas dos comerciantes ou em pequenos abatedouros impróprios para o abate. São práticas que a legislação vigente sobre manuseio e apresentação de carnes e as próprias exigências de mercado inibirão lenta e gradativamente, à medida que puderem ser substituídas por outro produto de melhor apresentação. Por isso, seria muito importante para a classe produtora de suínos do estado que houvesse maior quantidade de frigoríficos atuando em parceria com os criadores, ampliando e melhorando a qualidade do nosso mercado.

■ *Como é o desempenho dos animais, comparativamente ao dos maiores centros produtores?*

— Nossa produção é pequena em números absolutos, temos somente 13 mil matrizes, mas produzimos cerca de 17 mil toneladas de carcaça suína por ano, o que representa 11% do consumo do estado. Com esse desempenho, temos o melhor resultado zootécnico médio, por estado, no Brasil.

■ *Existe algum tipo de integração em desenvolvimento na região?*

— O brasileiro de modo geral não é nenhum exemplo de atuação em parceria ou cooperação com companheiros do mesmo ramo de negócio. O produtor do estado do Rio então não tem o menor espírito associativo. Isto, naturalmente, dificulta as coisas. Mas a integração em torno de um objetivo comum seria sem dúvida um estímulo para o desenvolvimento e o fortalecimento da nossa atividade no estado. No entanto, não temos no momento nenhuma indústria ou frigorífico com essa proposta.

■ *É possível abastecer estados próximos?*

— Pela situação geográfica e pelo nível da criação, o Rio de Janeiro teria condições, pelo menos teóricas, de abastecer outros mercados. No entanto, como o volume de produção é reduzido e atende a apenas 11% do consumo próprio, acredito que um aumento de produção encontraria mercado aqui mesmo.

■ *Uma campanha conjunta falando da existência de uma produção de carne suína de boa qualidade no estado do Rio já foi cogitada?*

— Já houve campanhas de esclarecimento sobre carne suína, não em nível estadual ou falando do produto daqui, mas nacionalmente. Aliás, são campanhas de longo prazo, pelo alto custo e pelo objetivo de mudar um conceito antigo sobre carne suína. No passado, quando ainda se produziam porcos que consumiam apenas restos, em condições sanitárias sofríveis, com carcaças de alto teor de gordura, a classe médica recomendava a praticamente todos os pacientes que se abstivessem desse consumo. Hoje, que se produzem suínos com carne magra (mais baixo teor de colesterol), criados com rações balanceadas de alta qualidade, em condições de isoladamento total, temos um produto final completamente distinto do que havia antes. Mas é necessário que as pessoas saibam disso, que a classe médica tome conhecimento dessa evolução, não só pela leitura, mas através de estudos e pesquisas, para que possa ser incorporada essa nova cultura, mudando este conceito.

■ *Há alguns anos, quando da divulgação da suposta peste suína africana, descobriu-se que restaurantes importantes adquiriam carne suína até mesmo de criatórios completamente irregulares, como os das favelas. Como está o controle de qualidade da carne de porco, atualmente?*

— Os criatórios irregulares praticamente deixaram de existir. O que nem sempre é regular é o abate do suíno. Mas isso é uma característica própria das regiões de população de baixa renda e obviamente não engloba o abate de toda a produção fluminense. Temos alguns frigoríficos, mesmo de produtores, que abatem os animais dentro das recomendações sanitárias federais e estaduais, com fiscalização do SIF e da Desipa e que fornecem diretamente a grandes consumidores ou à rede de açougues. Na cidade do Rio de Janeiro já vigora legislação específica federal sobre manuseio, conservação, apresentação e transporte das carnes, desde os frigoríficos até os estabelecimentos comerciais onde são expostas à venda. Nos outros municípios ainda falta legislação complementar

■ *Quais são os planos do pólo suinícola fluminense?*

— O pólo precisa se desenvolver e permanecer eficiente e competitivo. Precisa criar parcerias na área da indústria frigorífica e na de processamento para ampliar seu leque de atuação e participar do maior valor agregado que estes processos imprimem aos produtos transformados. Precisa se capitalizar para realizar estoque de insumos adquiridos na safra, para consumo na entressafra, reduzindo assim o impacto da grande variação nos preços destas mercadorias, que chegam a variar mais de 50% num período de oito a nove meses.